

# A Educação Financeira no Brasil e em Portugal: Percursos e reflexões sobre as propostas voltadas à Educação Básica e Secundária

## Financial Education in Brazil and Portugal: Paths and reflections on proposals aimed at Elementary and Secondary Education

**Andrei Luís Berres Hartmann** 

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
Brasil  
andrei.luis@unesp.br

**Ana Karina Cancian Baroni** 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Brasil  
anak@ifsp.edu.br

**António Manuel Dias Domingos** 

Universidade NOVA de Lisboa  
Portugal  
amdd@fct.unl.pt

**Marcus Vinicius Maltempi** 

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
Brasil  
marcus.maltempi@unesp.br

**Resumo.** A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou estudos sobre a Educação Financeira nos anos 2000, os quais culminaram em um entendimento inicial dessa temática em 2005, e em desafios para a implementação de ações em países membros e não-membros. Assim, países como Brasil e Portugal, elaboraram suas estratégias e atualmente têm incluído a Educação Financeira em seus currículos escolares. Neste contexto, objetivamos estabelecer uma análise sobre possíveis convergências e divergências acerca do percurso de inserção da Educação Financeira no Brasil e em Portugal, dando ênfase às atuais propostas de sua discussão na Educação Básica e Secundária nesses países. Adotamos uma perspectiva crítica de Educação Financeira no contexto da Educação Matemática, incluindo preocupações que não se limitam ao âmbito econômico,

mas alcançam outras dimensões conectadas à temática, em especial, a social e a ambiental. Em termos metodológicos, realizamos um estudo bibliográfico, com análise do tipo documental e abordagem qualitativa. Podemos observar convergências do percurso da Educação Financeira nos dois países, como do início das proposições da Educação Financeira pautadas nas ideias da OCDE e em ações promovidas por bancos. Sobre o currículo escolar, tanto no Brasil, como em Portugal, a temática está maioritariamente associada à Matemática.

*Palavras-chave:* educação matemática; educação financeira escolar; estratégias nacionais de educação financeira; educação básica e secundária; educação financeira numa perspectiva crítica.

**Abstract.** The Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) began studies on Financial Education in the 2000s, which culminated in an initial understanding of this topic in 2005, and in challenges for implementing actions in member and non-member countries. Thus, countries like Brazil and Portugal, for example, have developed their strategies and have currently included Financial Education in their school curricula. In this context, we aim to establish an analysis of possible convergences and divergences in the path of insertion of Financial Education in Brazil and Portugal, emphasizing the current proposals for its discussion in Elementary and Secondary Education in these countries. We adopt a critical perspective of Financial Education in the context of Mathematics Education, including concerns that are not limited to the economic sphere, but reach other dimensions connected to the theme, especially social and environmental. In methodological terms, we carried out a bibliographic study, with documentary analysis and a qualitative approach. We can observe convergences in the path of Financial Education in both countries, such as the beginning of Financial Education propositions based on OECD ideas and actions promoted by banks. Regarding the school curriculum, both in Brazil and in Portugal, the theme is mostly associated with Mathematics.

*Keywords:* mathematics education; school financial education; national financial education strategies; elementary and secondary education; financial education from a critical perspective.

## Considerações iniciais

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) iniciou, nos anos 2000, estudos voltados à Educação Financeira, uma vez que crescia a necessidade de tratar a temática diante das preocupações com o desenvolvimento econômico dos países. Assim, os primeiros resultados das considerações da OCDE sobre a Educação Financeira foram divulgados em 2005, por meio do relatório denominado “Melhoria da literacia financeira: análise das questões e políticas” (OCDE, 2005a, tradução nossa), quando foram analisadas e identificadas pesquisas nos países membros para objetivar a “melhoria da educação” e “conscientização financeira” dos cidadãos.

Posterior a esse relatório, o documento “Recomendação sobre princípios e boas práticas para a educação e conscientização financeira” (OCDE, 2005b, tradução nossa) apresentou sugestões aos governos dos países membros dessa organização, procurando apontar alternativas para que a população não se endividasse. A Educação Financeira foi formalizada como:

O processo pelo qual os consumidores ou investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, através de informações, instruções e/ou pareceres objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, de fazer escolhas informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005b, p. 4, tradução nossa)

Por meio desse entendimento e das recomendações aos países membros, a OCDE incentivou fortemente que governos e instituições, tanto públicas como privadas, passassem a implementar “princípios e boas práticas” em matéria de educação e sensibilização financeira. Com o intuito de justificar a necessidade da abordagem da Educação Financeira, por meio da observância de que “os consumidores têm baixos níveis de alfabetização financeira e não têm consciência da necessidade de serem educados financeiramente” (OCDE, 2005b, p. 2, tradução nossa), a OCDE apontou benefícios dessa temática, por exemplo, para evitar fraudes e garantir a proteção para a população atuar como investidores ou consumidores.

Ademais, ao sistematizar um entendimento sobre a Educação Financeira, essa organização destacou diferenças socioculturais existentes nos países membros, enfatizando que a implementação de ações iria variar de país para país, por diversidade de aspectos econômicos, sociais, fatores demográficos e culturais, além da existência de maneiras diversificadas para o desenvolvimento com êxito da Educação Financeira. Como consequência, reforçou que a Educação Financeira deveria ser iniciada nas escolas.

Frente ao exposto, destacamos a importância de um olhar crítico sobre a ideia de Educação Financeira difundida pela OCDE, por meio da definição dada em 2005, a qual mostra uma compreensão ligada sobretudo a aspectos econômicos e voltada ao cidadão enquanto ser individual – posicionamento esperado dada a instância da referida Organização. Compreendemos que a gênese da preocupação está ligada ao facto de que, quando o número de pessoas endividadas é maior do que o esperado, o desenvolvimento econômico é colocado em risco e, então, é necessário ensiná-las a consumir, pelo menos ao nível de manter as engrenagens do sistema capitalista funcionando.

O problema maior da definição enunciada é que a organização financeira da sociedade é assumida como premissa e não é questionada, apesar da crescente desigualdade social e do avanço do endividamento familiar, em especial nos países mais pobres. As engrenagens já citadas e o trabalho e a renda, por exemplo, não são questionados, como se pudessem ser desconectados das discussões econômicas. Os problemas sociais e ambientais enraizados no consumismo e na especulação do capital, também não são considerados. E a solução para o endividamento, apresentada nas entrelinhas da definição dada pela OCDE, parece simples: ensinar as pessoas a consumir, ou seja, a gastar conforme as suas possibilidades individuais, se conformando com o ‘mundo feito’ (Freire, 1979).

A nossa intenção, enquanto educadores dispostos a trazer a Educação Financeira para a sala de aula, é a de contribuir para a superação das desigualdades sociais, tomando a organização econômica da sociedade como objeto de discussão. Dessa forma, os propósitos da Educação Financeira devem ser colocados em suspensão.

Esforços e estratégias têm sido amplamente difundidos desde o engajamento inicial apresentado pela OCDE em 2005, sobretudo no contexto da Educação Matemática, quando novos entendimentos sobre a Educação Financeira foram produzidos por diversos pesquisadores. Por exemplo, destacamos o exposto por Silva e Powell (2013), Muniz (2016), Baroni (2021), Hartmann (2021), o livro de Baroni et al. (2021), além de Santos (2023), que trazem aspectos que discorreremos na próxima seção.

Apesar disso, temos consciência de que as proposições dadas pela OCDE foram essenciais para iniciar as discussões sobre a Educação Financeira e incentivar novas compreensões e propostas em torno dessa temática atualmente, uma vez que, a partir delas alguns países se mobilizaram e propuseram iniciativas para a promoção da Educação Financeira. Por exemplo, Vieira e Pessoa (2020) discorrem sobre como diferentes países organizaram suas estratégias nacionais.

A partir das reflexões expostas, algumas questões emergem: quais estratégias foram adotadas pelos países membros para a implementação da Educação Financeira nacionalmente? E sob quais compreensões? Com a indicação da OCDE de que a Educação Financeira deveria ser iniciada nas escolas, como os países a implementaram em seus currículos?

Neste artigo, buscamos responder essas perguntas por meio do estudo das estratégias adotadas por dois países - Brasil e Portugal - escolhidos em decorrência de pesquisas realizadas pelos autores. Objetivamos estabelecer uma análise sobre possíveis convergências e divergências do percurso de inserção da Educação Financeira no Brasil e em Portugal, dando ênfase às atuais propostas de sua discussão na Educação Básica e Secundária nesses países. Cabe enfatizar que, no Brasil, a Educação Básica é compreendida a partir de três etapas: Educação Infantil (0 a 5 anos), Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e Ensino Médio (15 a 17 anos), conforme destaca a BNCC (Brasil, 2018). Já, em Portugal, o Ensino Básico é compreendido por três ciclos, Ensino Básico, que se assemelha à etapa de Ensino Fundamental no Brasil, ou seja, de 6 a 14 anos de idade. Além disso, em Portugal há o Ensino Secundário, que compreende o décimo ao décimo segundo ano escolar, semelhante ao Ensino Médio no Brasil.

Logo, a análise se volta a toda Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) do Brasil, e ao Ensino Básico e Ensino Secundário de Portugal. Em termos metodológicos, realizamos um estudo bibliográfico, com análise do tipo documental e abordagem qualitativa (Lüdke & André, 1986). Segundo esses autores, uma pesquisa do tipo bibliográfica fornece contato com documentos que nos permitem compreender o contexto social no qual a problemática de pesquisa está inserida (Educação Financeira em nosso

caso). Ou seja, em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, procuramos “inventariar, sistematizar e avaliar a produção científica numa determinada área (ou tema) de conhecimento” (Fiorentini & Lorenzato, 1994, p. 32).

Para isso, o *corpus* analítico é direcionado por três frentes: i) documentos internacionais sobre Educação Financeira, com foco nas proposições iniciais da OCDE; ii) legislações brasileiras e os resultados decorrentes delas, sobretudo pelas informações disponíveis no *site* da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, principal meio de divulgação da temática; e, semelhante ao Brasil, iii) legislações portuguesas sobre a referida temática e as informações contidas no *site* “Todos Contam”, principal divulgador da Educação Financeira em Portugal. Tendo em vista anos de pesquisas e experiências que realizamos e vivenciamos sobre a Educação Financeira, dialogamos com os documentos selecionados para análise e interpretamos as informações coletadas nesses três principais meios, com nossas perspectivas e leituras sobre a temática.

Na próxima seção, trazemos entendimentos e proposições em torno da Educação Financeira no âmbito da Educação Matemática. Na seguinte, dedicamo-nos a tratar dos percursos da implementação de estratégias de Educação Financeira no Brasil, seguida da seção de análise de Portugal. Por fim, tecemos as considerações finais, com aproximações e distanciamentos observados por meio da análise dos resultados encontrados.

## **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: entendimentos e proposições**

Conforme expusemos na seção anterior, o primeiro entendimento de Educação Financeira, dado pela OCDE em 2005 (OCDE, 2005b), relacionou essa temática apenas com aspectos econômicos e individuais, pensando na manutenção ativa de um sistema capitalista. Porém, ao nos aproximarmos de 20 anos da difusão dessa definição, diversas pesquisas e experiências com a Educação Financeira foram realizadas e, com isso, novas concepções sobre o referido tema emergiram.

Em uma primeira instância, podemos destacar as preocupações de Silva e Powell (2013) com uma efetiva inserção da Educação Financeira no ambiente escolar. Para tanto, esses autores elaboraram um projeto orientador de condução da referida temática com os estudantes de diferentes etapas escolares, passando a definir Educação Financeira Escolar.

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (Silva & Powell, 2013, p. 12-13)

Essa concepção amplia as ideias apresentadas pela OCDE (2005b), já que Silva e Powell (2013) destacam a criação de oportunidades de análise, julgamentos, tomada de decisão e posições críticas dos estudantes. Outrossim, a ideia de Educação Financeira Escolar engloba a discussão de questões familiares e sociais, avançando para o âmbito coletivo, para além do individual. Neste cenário, depreendemos que as informações que proporcionam aos estudantes a inserção no universo do dinheiro, como destacam Silva e Powell (2013), podem ser dadas de várias maneiras, tais como, palestras, rodas de conversa, feiras escolares e, principalmente, por atividades didáticas em sala de aula.

O currículo proposto pelos referidos autores deveria ser pautado em três questões: pessoal – sobretudo, em finanças pessoais; familiar – mediante a discussão de problemas financeiros familiares e estímulo à participação na vida financeira da família pelo estudante; e social – por intermédio da abordagem de problemáticas atuais e coletivas. Além disso, o documento em cena, poderia ser organizado em quatro eixos norteadores: noções básicas de finanças e economia; finança pessoal e familiar; as oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo; e as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira (Silva & Powell, 2013).

Tais eixos ampliam a ideia de Educação Financeira unicamente associada ao dinheiro e à economia, já que relacionam a temática, por exemplo, com a “influência das mídias”, “produção de lixo” e “desigualdade social”. Conforme já pontuamos, compreendemos a viabilidade da inserção dessas discussões com os estudantes por meio de atividades didáticas variadas, a partir do trabalho docente. Assim como assentam Pessoa et al. (2018), entendemos que os educadores são os mais preparados para trabalhar ações de Educação Financeira no ambiente escolar.

Muniz (2016) estudou o processo de Tomada de Decisão para Situações Econômico-Financeiras por meio de tarefas inseridas em Ambientes de Educação Financeira Escolar (AEFE). O autor traz uma concepção que vai ao encontro do entendimento de Silva e Powell (2013), ampliando-o. Na sua perspectiva, Educação Financeira é:

um convite à reflexão sobre as atitudes e ações das pessoas diante de situações financeiras envolvendo aquisição, utilização e planejamento do dinheiro, ou de outra forma, o ganhar, usar e distribuir dinheiro e bens, dentre elas as envolvendo consumo, poupança, financiamentos, investimentos, seguros, previdência e doações, bem como as suas possíveis consequências no curto, médio e longo prazos, olhando tanto para oportunidades quanto para as armadilhas do mercado. Um convite que leve em consideração o contexto social e econômico dos estudantes, as características culturais e singularidades sociais da região em que vivem. Essa EFE também é, portanto, um convite à ação, avaliação, e reação, num movimento dinâmico, plural e democrático. (Muniz, 2016, p. 46)

As ideias apresentadas por Muniz (2016) apontam a importância da Educação Financeira Escolar na construção da cidadania e consideram as diversas relações possíveis

entre professores, alunos e pesquisadores para discussões sobre Educação Financeira em seus Ambientes de Educação Financeira Escolar. Ademais, é prudente destacar que Muniz (2016) elenca quatro princípios em sua concepção de Educação Financeira, a saber: convite à reflexão; conexão didática; dualidade; e lente multidisciplinar. Ainda, aponta aspectos não-matemáticos que podem ser considerados na tomada de decisão, quais sejam: financeiros, econômicos, culturais, sociais e comportamentais.

Essas ideias enfatizam a importância da Educação Financeira estar relacionada a diversos espaços, situações e disciplinas curriculares. Como dispõem os Ambientes de Educação Financeira Escolar, a lente multidisciplinar e os aspectos não-matemáticos que podem ser mobilizados em decisões econômicas e financeiras (Muniz, 2016). Assim, é possível termos uma Educação Financeira com perspectiva não só multi, mas também interdisciplinar, fator abordado por Baroni (2021), que observa que a Educação Financeira por ela difundida incorpora questões matemáticas e não-matemáticas, conforme defendido por Muniz (2016). Portanto, além da Matemática, ela envolve outras áreas, tais como: Filosofia, Psicologia, Educação Ambiental ou Geopolítica. Ao realizar seu estudo com um grupo colaborativo de professores atuantes em cursos de licenciatura no Brasil, a autora defende que a Educação Financeira que se faz pertinente em um contexto de formação de professores é

um processo de problematização da vida financeira pessoal e coletiva, tendo por objetivo compreender e analisar criticamente o mundo financeiro e suas implicações sociais, políticas e econômicas, em uma perspectiva de transformação dos mecanismos de dependência econômica e desigualdade social. Esse processo se dá por meio de diferentes análises, entre elas a análise matemática. (Baroni, 2021, p. 239-240)

Dessa forma, essa autora destaca que, mais do que multi, esse processo é inter e pode ser transdisciplinar – características importantes para propiciar as referidas problematizações com vistas à transformação da realidade. Convém sobrelevar que se trata de relevantes aspectos que dizem respeito a uma Educação Financeira no contexto da Educação Matemática segundo uma perspectiva crítica.

Baroni (2021) elaborou quatro encaminhamentos para promover a Educação Financeira em espaços de formação inicial de professores de Matemática, sendo eles: i) ampliar a área de reflexão e instigar a análise crítica sobre o mundo financeiro; ii) trabalhar com temas geradores e buscar o diálogo com outras áreas, favorecendo ações interdisciplinares; iii) privilegiar problemas reais, sem limitar as discussões; e, iv) promover uma reflexão sobre o trabalho com a Educação Financeira na Educação Básica. Ainda em 2021, esta pesquisa ganhou novos olhares, de professores e outros pesquisadores em Educação Financeira, os quais, identificando tais encaminhamentos, apresentaram uma tentativa de materializar propostas para trabalhar a Educação Financeira em sala de aula, em especial para a formação de professores de Matemática (Baroni et al., 2021).

Hartmann (2021) realizou uma pesquisa em alguns cursos de formação de professores de Matemática, no Brasil, e notou que havia disciplinas de Educação Financeira que contemplavam práticas pensando na futura atuação desses profissionais na Educação Básica, indo ao encontro do quarto encaminhamento dado por Baroni (2021), o de promover uma reflexão sobre o trabalho com a Educação Financeira na Educação Básica. Hartmann (2021) defende o caráter social da temática no tocante à criticidade para uma vivência cidadã e democrática, compreendendo a Educação Financeira como

um convite a ações e diálogos críticos, acerca do contexto social, financeiro e econômico dos indivíduos, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em que vivem, proporcionando tomadas de decisão, pautadas em aspectos econômicos, financeiros, sociais, culturais e comportamentais. (Hartmann, 2021, p. 23)

Esse autor incorpora, em sua definição, os argumentos não-matemáticos que podem ser mobilizados em situações de Educação Financeira, os quais foram apresentados por Muniz (2016). Ademais, salienta que a temática deve conduzir a uma melhora da qualidade de vida, a partir da criticidade, democracia e cidadania, tanto pessoal como social. Além do exposto, em um contexto atual, se quisermos ampliar e rever as ideias de Educação Financeira Escolar, conforme discorrem Silva e Powell (2013) e Muniz (2016), podemos recorrer à perspectiva de Santos (2023).

Tal ideia assume notoriedade ao enfatizar a necessidade de refletirmos sobre aspectos emocionais do consumo e conseqüentemente de seus impactos em mundo, cada vez mais, desigual e carente ambientalmente. Para Santos (2023), a Educação Financeira Escolar é um

Processo sistemático e gradual de reflexões relacionadas às práticas de consumo vigentes na sociedade em que vivemos, abordando discussões relacionadas ao dinheiro e sua utilização, com compreensão acerca de aspectos matemáticos e não-matemáticos envolvidos em uma escolha, como também discussões mais amplas, que possibilitem uma reflexão desde os aspectos emocionais que levam ao consumo até os impactos éticos e ambientais que ele pode causar, de modo que os estudantes possam compreender os impactos que nossas decisões geram no mundo em que vivemos, percebendo, assim, a diversidade de fatores a serem levados em consideração no momento de tomar uma decisão. (Santos, 2023, p. 25)

Entendemos que a Educação Financeira no contexto da Educação Matemática dialoga com todas essas concepções e não estamos preocupados aqui em adotar uma ou outra, já que elas têm intersecções e se complementam. Dado que documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Brasil, apontam a área da Matemática como a principal para o trabalho em Educação Financeira, todas as definições são importantes para sinalizar que a temática não se limita a uma análise puramente matemática, envolvendo aspectos também não-matemáticos. Tais aspectos também não podem ser limitados ao âmbito econômico, reduzindo-se a estar ao serviço do desenvolvimento econômico dos países e à adequação dos indivíduos ao mundo financeiro pronto, segundo princípios neoliberais. A matemática,

dessa forma, tem um papel fundamental na leitura do mundo financeiro (Skovsmose, 2014), com vistas a uma formação cidadã, crítica, política e ambiental, como pontuam as ideias exploradas nesta seção.

Compreendemos que essas discussões evidenciam que a visão de Educação Financeira trazida pela OCDE, em 2005, precisa ser ampliada, pois só assim será possível conectá-la às demandas urgentes na sociedade atual, como as explicitadas na Agenda 2030 da ONU. Ao adotarmos ideias de uma Educação Financeira no contexto da Educação Matemática queremos que essa temática permita discutir e problematizar questões como a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a igualdade de gênero ou o combate a fome, rumo a um mundo de combate as desigualdades.

## **O percurso da Educação Financeira no Brasil**

No Brasil, destacamos o decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, como a primeira ação que visa estabelecer formalmente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), “com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010). Nesse decreto, instituiu-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) que deveria, por meio da elaboração de planos, programas e ações, promover a ENEF, bem como, “estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF” (Brasil, 2010).

Em maio de 2011, o CONEF aprovou o plano diretor de consolidação da ENEF. Tal plano considerou a relevância da Educação Financeira nos últimos anos devido, dentre outros fatores, às mudanças demográficas, econômicas e políticas ocorridas no país. Como cenários e desafios para a Educação Financeira, esse documento gerou reflexões sobre: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização e, proteção e defesa do consumidor. Além disso, apresentou uma adaptação do conceito de Educação Financeira da OCDE para a realidade brasileira, considerando que ela

é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (Brasil, 2011, p. 20)

Trata-se de uma definição similar à apresentada pela OCDE, em 2005, que evidencia mais fortemente o papel passivo dos indivíduos nesse processo, uma vez que pressupõe um modelo pronto de mundo financeiro, com seus conceitos e produtos oferecidos como que

em uma prateleira e cabendo às pessoas fazer as suas escolhas, munidas de informações claras e contando com a ajuda, provavelmente, de especialistas e instituições financeiras, para tal. Na proposta da ENEF não há espaço para as reflexões e posições críticas propostas por Silva e Powell (2013), nem para as reflexões sobre as consequências sociais apontadas por Muniz (2016). Tampouco, há espaço para as problematizações e transformações apontadas por Baroni (2021) e as discussões sobre a qualidade de vida apontadas por Hartmann (2021). A desigualdade social não é questionada e também não há espaço para se discutir os impactos éticos e ambientais destacados por Santos (2023).

Complementando as ações da ENEF no Brasil, foi criado o Programa Educação Financeira nas Escolas, considerando que “a educação financeira não é trabalhada na formação de crianças e jovens brasileiros, seja na escola, seja em casa” (Brasil, 2011, p.94). O plano estratégico para tal inserção previu que a temática fosse abordada nas diferentes áreas de conhecimento, dando flexibilidade, para que as escolas tivessem autonomia na organização da abordagem da Educação Financeira de forma contextualizada à realidade local e regional de cada estabelecimento de ensino.

Para a efetivação desse programa, a ENEF elaborou ações, enfatizando: campanha para sensibilização dos públicos envolvidos com educação e com a comunidade escolar; formação de professores; ações de implementação; ações de expansão da estratégia nacional; e ações de controle e avaliação. As atividades organizadas para o ensino da Educação Financeira no ambiente escolar deveriam estar de acordo com os sete objetivos principais, as dez competências e os conceitos relacionados à ENEF (Brasil, 2013a). Com relação aos objetivos, conceitos e competências, evidenciamos o primeiro objetivo – formar para a cidadania, o qual já estava previsto em documentos orientadores da educação brasileira, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998a; 1998b), ao ser apontada a necessidade da construção de escolas voltadas à formação de cidadãos.

Ademais, o Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (Brasil, 2013b) criou o “Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais”, com o intuito de estimular a tomada de decisão autônoma sobre consumo, poupança e investimento, prevenção e proteção, considerando os desejos e necessidades atuais e futuros dos indivíduos. Dentre outros aspectos, esse documento chamou atenção à importância de saber distinguir desejo de necessidade. Assim, em âmbito brasileiro, essas ideias passaram a ser perpetuadas e divulgadas por meio de um *site*, denominado “Vida e Dinheiro”, onde as principais ações da ENEF foram expostas.

Dentre uma das principais ações divulgadas pelo referido *site* está a realização da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), com o objetivo de promover a ENEF no Brasil. Por exemplo, a primeira Semana ENEF foi realizada de 5 a 9 de maio de 2014. Em 2024, a 11.<sup>a</sup> edição da Semana ENEF ocorreu entre os dias 13 a 19 de maio, tendo como tema “Proteção Financeira”.

Ademais, o site “Vida e Dinheiro” reconhece iniciativas de promoção da Educação Financeira no Brasil por meio do Selo ENEF, aprovado pela Deliberação n.º 17 de 16 de março de 2015 (Brasil, 2015), além de dispor de seções dedicadas à Educação Financeira, ENEF, Programas e Ferramentas úteis. Corroboramos o exposto por Saraiva (2017, p. 169): “as estratégias de Educação Financeira no âmbito da ENEF estão voltadas para governar ações individuais, visando produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro”. Isto é:

Os conteúdos estão todos diretamente associados com escolhas e ações individuais, sem traços de uma preocupação em introduzir os sujeitos em problematizações mais amplas sobre as finanças e o funcionamento do mercado. De modo geral, é possível concluir que a Educação Financeira desenvolvida por meio do site Vida e dinheiro é uma Educação Financeira de consumidores. (Saraiva, 2017, p. 170)

Porém, em se tratando de curricularização e da efetiva inserção da Educação Financeira nas escolas brasileiras, foi somente com a BNCC (Brasil, 2018) que a referida temática passou a ser incorporada, de fato, na Educação Básica. Isso porque a BNCC é um documento de referência, obrigatório para a realização dos currículos da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) no Brasil.

Nesse contexto, ressaltamos que tal documento salienta a importância da Educação Financeira como tema contemporâneo, por afetar a vida humana e, assim, verificamos preocupações com a formação para a cidadania, como objetivo da ENEF (Brasil, 2013a) e de documentos anteriores e que foram orientadores da educação no país (Brasil, 1998a;1998b). A BNCC considera a Educação Financeira como um tema transversal e integrador, que deveria ser abordado nas diferentes etapas e disciplinas do currículo. Porém, a Educação Financeira ainda é pouco explorada e referenciada na BNCC, de forma explícita. Isso porque, por exemplo, ela aparece apenas sete vezes ao longo das menções às etapas da Educação Básica brasileira, sendo apenas duas delas fora da área de Matemática, quando temas contemporâneos são mencionados e quando se sugere o estudo de Política e Trabalho na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, se nos atentarmos às disciplinas curriculares, fica evidente que a BNCC atribui ao professor de Matemática a responsabilização pela abordagem da Educação Financeira (Hartmann & Baroni, 2021). Segundo consta nessa citação, a temática é mencionada explicitamente cinco vezes na área de Matemática, sendo dessas, quatro vezes como habilidades da Matemática do Ensino Fundamental, conforme apresentamos na Tabela 1. A outra menção da temática não se dá associada a habilidades, mas no texto geral da Matemática a ser abordada no Ensino Fundamental, fator que apresentamos na sequência da referida tabela.

Tabela 1. Habilidades de Educação Financeira na área de Matemática na BNCC (Brasil, 2018)

Ano	Unidade temática	Objetivo de conhecimento	Habilidade
5	Números	Cálculo de porcentagens e representação fracionária	(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de <b>educação financeira</b> , entre outros.
6	Números	Cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da “regra de três”	(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia e proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de <b>educação financeira</b> , entre outros.
7	Números	Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de <b>educação financeira</b> , entre outros.
9	Números	Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da <b>educação financeira</b> .

A BNCC propõe cinco unidades temáticas relacionadas à área de Matemática: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística. Observamos que a menção explícita à Educação Financeira ocorre somente na unidade Números, o que é questionável, já que essa temática deve ser abordada transversalmente. Ademais, conforme habilidades expostas na Tabela 1, as menções se referem a “contextos de educação financeira”, porém sem fornecer suporte e explicitações sobre os aspectos que constituem os contextos propícios à promoção da Educação Financeira. Para nós, este fator reforça a necessidade de discutir a temática em espaços de formação inicial e continuada de professores, a fim de que esses profissionais tenham subsídios conhecer a Educação Financeira e abordá-la nos ambientes escolares. Dentre as considerações gerais sobre essas unidades temáticas, na unidade “Números” é considerado:

[...] o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. (Brasil, 2018, p. 269)

Tal menção destaca a possibilidade da abordagem da Educação Financeira de forma interdisciplinar. Porém, entendemos que o documento não fornece subsídios para que isso aconteça. A exemplo dessas afirmações, citamos o facto de que a temática é mencionada

apenas uma vez em outra área (Ciências Sociais e Humanas) e não há menção alguma a respeito da necessidade de formação de professores de diferentes disciplinas para a abordagem da Educação Financeira.

Foi diante dessas e de algumas outras carências ligadas à inserção da temática na educação escolar que ressaltamos as pesquisas de Hartmann (2021) e Baroni (2021), sobre a formação de professores de Matemática no tocante à Educação Financeira, que sucintamente apresentamos na seção anterior. Podemos também citar o trabalho de pesquisadores, por exemplo, Saraiva (2017) e Vieira e Pessoa (2020), debruçados na análise de materiais didáticos disponibilizados pela ENEF no já mencionado *site* “Vida e Dinheiro”.

Frente a todas essas ponderações, como último aspecto sobre o percurso da Educação Financeira no Brasil, evidenciamos que o decreto que estabeleceu a ENEF (Brasil, 2010) foi revogado e substituído pelo decreto n.º 10.393/2020 (Brasil, 2020), que instituiu a nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Entendemos que essa ação se constituiu como uma regressão no que diz respeito à promoção da Educação Financeira no país, com perspectiva social, crítica e ambiental, alinhada ao que entendemos ser essa temática no contexto da Educação Matemática. Isso porque o Fórum mencionado se compõe a partir de representantes de oito órgãos, sendo o Ministério da Educação o último da lista, além de reforçar a previdência privada e educação previdenciária.

Os principais agentes a serem consultados deveriam ser os educadores, afinal são eles que estão imersos nos ambientes escolares e são responsáveis pela ação de promover a Educação Financeira em sala de aula. Prova disso são os materiais produzidos nos últimos anos por professores e pesquisadores em Educação Financeira na Educação Matemática, como: Campos e Coutinho (2020), Baroni et al. (2021), e Kistemann e Giordano (2024). Esses são materiais que levantam reflexões sobre a Educação Financeira, na Educação Básica e Ensino Superior, com viés crítico, problematizando questões sociais e ambientais, por exemplo, ultrapassando apenas as econômicas.

## **O percurso da Educação Financeira em Portugal**

Portugal, movido pelas orientações da OCDE em promover a Educação Financeira com seus habitantes, teve como uma das primeiras e significativas ações a realização de um inquérito de literacia financeira. Tal investigação foi promovida pelo Banco de Portugal, em 2010, tendo dentre outros resultados, a percepção de poucos conhecimentos sobre aspectos necessários à tomada de decisão em contextos financeiros, e reduzidos hábitos de poupança (Santiago, 2015).

A partir desses resultados, em 2011, foi criado o Plano Nacional de Formação Financeira (Portugal, 2011), por meio de ações do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Instituto de Seguros de

Portugal) e com duração inicial de cinco anos, sendo posteriormente elaborado uma atualização do documento (Portugal, 2016a). A partir de cinco grandes níveis (melhorar conhecimentos e atitudes financeiras; apoiar a inclusão financeira; desenvolver hábitos de poupança; promover o recurso responsável ao crédito; e criar hábitos de precaução), o objetivo foi de “melhorar os conhecimentos e comportamentos financeiros da população em geral, tendo em atenção as necessidades específicas de diversos segmentos da população” (Portugal, 2011, p. 13).

Por meio do Plano Nacional de Formação Financeira, foi criado o *site* “Todos Contam”, no qual são disponibilizadas informações e ferramentas relacionadas a finanças pessoais e à tomada de decisão financeira. Assim, lançado em julho de 2012, o portal “Todos Contam”, atualmente dispõe de abas com os seguintes destaques: planejar o orçamento familiar; fazer pagamentos; poupar e investir; criar uma empresa; contrair crédito; fazer um seguro; prevenir a fraude; e conhecer os impostos. Ademais, destacamos duas abas, sendo uma com ênfase nas etapas da vida (estudar; começar a trabalhar; comprar carro; comprar casa; constituir família; planejar a reforma; desemprego; divórcio; e doença) e outra em simuladores, dispondo de diferentes recursos.

Neste mesmo escopo, o Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal destacou nas áreas de atuação a necessidade de ações com estudantes do ensino básico e secundário. Assim, já em 2012, o decreto de lei n.º 139/2012, evidenciou a necessidade de as escolas promoverem ações sobre Educação Financeira:

As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver projetos e atividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os media, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo e educação moral e religiosa, de frequência facultativa. (Portugal, 2012)

Assim, Portugal criou o Referencial de Educação Financeira em 2013, abrangendo ações para a Educação Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário e Educação e Formação de Adultos (Portugal, 2013). Esse referencial, compactua com a definição de Educação Financeira dada pela OCDE e assinala ações sobre a referida temática a partir de seis temas: planeamento e gestão do orçamento; sistema e produtos financeiros básicos; poupança; crédito; ética; e direitos e deveres.

Apesar do Referencial de Educação Financeira pautar-se na definição da OCDE, observamos um avanço no que diz respeito aos temas apresentados e relacionados à Educação Financeira, que se subdividem em diversos subtemas, como ética e responsabilidade social nas questões financeiras, e prevenção de fraude. Embora, precisamos mencionar que a extrema maioria dos subtemas estão relacionados unicamente a aspectos econômicos, entendemos que diálogos relacionados à “ética e responsabilidade social nas questões financeiras” e “fraude” podem debater problemáticas atuais,

relacionadas à Educação Financeira, e ir além da economia e dinheiro, já que são propícios à manifestação da criticidade e da promoção de uma Educação Financeira relacionadas a temáticas sociais (Hartmann, 2021).

Assim, o Referencial de Educação Financeira se configurou como um documento orientador para a implementação da temática em um contexto educativo em Portugal (Santiago, 2015), relacionada com a Educação para a Cidadania e pautado na transversalidade, como disposto no decreto de lei n.º 139/2012 (Portugal, 2012). Logo, o Referencial se configurou como apoio, sendo que os pontos abordados, a partir da “autonomia de cada estabelecimento de ensino, podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver. Assim, não existe a obrigatoriedade da sua implementação em contexto escolar” (Santiago, 2015, p. 24).

Apesar da criação do Referencial de Educação Financeira em 2013, Domingos e Santiago (2016) expõem que professores em escolas de Portugal não abordam a Educação Financeira onde atuam, embora a considerem muito importante e relacionada com a Matemática. Domingos e Santiago (2016) assinalam que a temática não foi incorporada nos currículos de formação de professores e esse é um dos fatores que pode fazer com que os docentes não reflitam sobre a Educação Financeira e em como incorporá-la nas escolas. Esse aspecto torna-se mais preocupante já que Portugal passou a realizar programas de formação de professores a partir de 2014, visando que esses realizassem ações de implementação da Educação Financeira no contexto escolar. Essas formações foram oferecidas a professores de todos os níveis escolares e componentes curriculares, por meio de seis temas: gestão do orçamento familiar; o recurso ao crédito; os meios de pagamento; o sistema financeiro; as aplicações de poupança; e os deveres do consumidor (Santiago, 2015).

Porém, como mencionamos, o Referencial de Educação Financeira (Portugal, 2013) não fez com que a Educação Financeira passasse obrigatoriamente a ser abordada nas escolas portuguesas. Nesse sentido, houve um avanço, em 2016, com a criação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Portugal, 2016b), destacando temas a serem abordados nas escolas públicas de Portugal relacionados a problemáticas contemporâneas e sociais. Essa Estratégia de Educação para a Cidadania, deve convergir com o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” e com as “Aprendizagens Essenciais”.

Em se tratando das aprendizagens essenciais do Ensino Básico (1.º ao 9.º ano) (Ensino Fundamental no Brasil), essas foram homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018 (Portugal, 2018a). Mais recentemente, por exemplo, foram elaboradas novas Aprendizagens Essenciais de Matemática para o Ensino Básico (Despacho n.º 8209/2021) (Portugal, 2021), que entrarão em vigor até 2024/2025. Ademais, para o Ensino Secundário (10.º ao 12.º ano) (Ensino Médio no Brasil), também foram elaboradas aprendizagens essenciais, por meio do Despacho n.º 8476-A/2018 (Portugal, 2018b). Bem como novas Aprendizagens Essenciais de Matemática foram homologadas (Despacho n.º 702/2023)

(Portugal, 2023a), com implementação nos anos letivos de 2024/2025 a 2026/2027. Na Tabela 2, apresentamos excertos destes documentos que destacam a inserção da Educação Financeira no currículo de Portugal.

Tabela 2. Menções relacionadas à Educação Financeira no currículo de Portugal

Componente do currículo	Etapa escolar	Excerto
Cidadania e Desenvolvimento	Ensino Básico e Ensino Secundário	2.º Grupo – Trabalhado, pelo menos, em dois ciclos do ensino básico: Sexualidade; Media; Instituições e participação democrática; <b>Literacia financeira</b> e educação para o consumo; Segurança rodoviária; Risco.
Matemática	Primeiro ciclo (1.º ao 4.º ano)	No que diz respeito à Medida, os alunos podem comparar, estimar e determinar medidas de diversas grandezas em vários contextos e, relativamente ao dinheiro, propõem-se algumas incursões pela <b>educação financeira</b> , estreitamente relacionada com a cidadania.
Matemática A e Matemática B	Ensino Secundário (10.º ano)	<b>Avaliação financeira</b> de um projeto de investimento, através do cálculo do valor atual de fluxos financeiros futuros previstos. Cálculo das prestações constantes em empréstimos e comparação com os simuladores em <i>sites</i> de bancos e empresas financeiras. Análise de um projeto de investimento, através do cálculo do valor atual de fluxos financeiros futuros previstos.
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	Ensino Secundário (10.º ano)	A disciplina de MACS assume um papel estruturante no Curso de Línguas e Humanidades. As Aprendizagens Essenciais do 10.º ano integram uma vertente de formação matemática para a cidadania, em consonância com as restantes disciplinas de Matemática do Ensino Secundário. Esta vertente é concretizada nos temas de Eleições e Partilha, <b>Literacia Financeira</b> e Estatística. Análise de um projeto de investimento, através do cálculo do valor atual de fluxos financeiros futuros previstos. Cálculos das prestações constantes em empréstimos e comparação com os simuladores em <i>sites</i> de bancos e empresas financeiras. Conhecer problemas matemáticos da área financeira (impostos, inflação, investimentos financeiros, empréstimos, tarifários, etc.). Identificar modelos matemáticos aplicados a situações financeiras reais. Avaliação financeira de um projeto de investimento, através do cálculo do valor atual de fluxos financeiros futuros previstos. Cálculo das prestações constantes em empréstimos e comparação com os simuladores em <i>sites</i> de bancos e empresas financeiras. Poderão ser abordados outros temas de <b>Literacia Financeira</b> , como por exemplo a elaboração de orçamentos familiares para diferentes tipos de agregados familiares (para um casal, com ou sem filhos, para um solteiro, vivendo sozinho ou com outras pessoas, etc.). Pode ser igualmente sugerido como tema de <b>Literacia Financeira</b> a elaboração de um orçamento de uma viagem (visita de estudo, acampamento, etc.)

A partir do disposto na Tabela 2, dois pontos merecem atenção: a presença da Educação Financeira ao longo de todo currículo de Portugal, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento; e o aprofundamento de discussões sobre o universo financeiro no Ensino Secundário na disciplina de Matemática, sobretudo no 10.º ano escolar (1.º ano do Ensino

Médio no Brasil). Além disso, frisamos que há aprendizagens essenciais destinadas aos cursos profissionais, em que há menções ao estudo de questões relacionadas à Educação Financeira.

Em um contexto mais atual, ~~podemos que~~ o Plano Nacional de Formação Financeira foi atualizado, tendo novos planejamentos para cinco anos, compreendidos entre 2021 e 2025. Como novos desafios, foram observados: ampliação das condições de vulnerabilidade; aceleração da transformação digital; e promoção de uma economia sustentável (Portugal, 2022). Assim, três dimensões estratégicas de atuação foram elaboradas, quais sejam: reforçar a resiliência financeira; promover a formação financeira digital; e contribuir para a sustentabilidade.

Associada à segunda dimensão, de promover a formação financeira digital, em 2023, foi divulgada a Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal (Portugal, 2023b), com plano de implementação entre 2023 e 2028. Esse documento, elaborado junto da OCDE e da Comissão Europeia, objetiva “contribuir para um melhor bem-estar financeiro e uma maior resiliência das pessoas que vivem em Portugal” (Portugal, 2023b, p. 5). Como observado em outros documentos que visam a promoção da Educação Financeira em Portugal, a referida Estratégia utiliza o termo “Literacia Financeira”, conceituando-a como:

Literacia financeira: uma combinação de consciência financeira, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessário para tomar decisões financeiras sólidas e, em última análise, alcançar o bem-estar financeiro. (OCDE, 2022, p. 8)

Literacia financeira: Uma combinação de sensibilização, conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos no domínio financeiro necessários para tomar decisões financeiras adequadas e alcançar o bem-estar financeiro individual. (Portugal, 2023b, p. 12).

Logo, a Estratégia comunga das ideias da OCDE (2020, 2022) de Literacia Financeira, na qual podemos observar que este conceito diz respeito às habilidades dos cidadãos para a tomada de decisão financeira consciente. Se pensarmos nas concordâncias com as proposições de Educação Financeira dadas pela OCDE, a Estratégia de Literacia Financeira torna-se mais preocupante quando liderada pelo Banco de Portugal. Isso porque, dentre os públicos-alvo da Estratégia estão os jovens entre 16 e 24 anos e entendemos que para atingir esse público são necessárias ações de âmbito escolar e acadêmico, porém o documento não menciona a participação do Ministério da Educação de Portugal, por exemplo.

Como referimos no final da seção anterior, dedicada ao percurso da Educação Financeira no Brasil, entendemos que os documentos e as proposições devem ser realizados com a participação de professores e pesquisadores, principalmente por esses serem responsáveis pela real inserção da Educação Financeira na sociedade por meio da educação escolar. Sobretudo, por compreendermos que precisamos desconjugar a Educação Financeira de ideias unicamente associadas ao mercado e individualismo, em grande parte promovida por

agências bancárias, precisamos promover junto às crianças, jovens e adultos uma Literacia Financeira que caminha rumo às ideias de Baroni (2021), isto é, uma Literacia Financeira

como a capacidade de compreender a organização estrutural do mundo financeiro dentro de um contexto histórico, social, cultural, político e econômico, encontrando formas de gerir a vida financeira com autonomia e posicionamento crítico sobre as consequências dessa organização, segundo uma perspectiva de transformação da realidade. (Baroni, 2021, p. 239)

Assim, entendemos que compete às ações de Educação Financeira proporcionar aos cidadãos competências que proporcionem a criticidade e, conseqüentemente, a *transformação da realidade* como um todo, a partir do disposto por Baroni (2021). Uma Educação Financeira, na perspectiva da Educação Matemática, deve problematizar as ideias dispostas pela Estratégia de Literacia Financeira Digital (Portugal, 2023b) e, conseqüentemente, da OCDE (2020, 2022), que visam unicamente levar conhecimentos ao *bem-estar financeiro individual*, isto é, difundem uma ideia de Educação Financeira econômica e individual, que contrariamos.

### **Considerações finais: as aproximações e distanciamentos da Educação Financeira no Brasil e em Portugal**

Neste artigo, objetivamos estabelecer uma análise de possíveis convergências e divergências do percurso de inserção da Educação Financeira no Brasil e em Portugal, dando ênfase às atuais propostas de sua discussão na Educação Básica e Secundária nos países. Para tanto, inicialmente discorreremos sobre diferentes concepções de Educação Financeira no contexto da Educação Matemática, (re)afirmando a necessidade de promoção de uma Educação Financeira numa perspectiva crítica, problematizadora, dialógica e preocupada com questões sociais e ambientais, por exemplo.

Acerca da Educação Financeira no Brasil, tecemos discussões sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira, o Programa Educação Financeira nas escolas, o Caderno de Educação Financeira, o *site* “Vida e Dinheiro”, a Base Nacional Comum Curricular, e a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira.

No que se refere à Educação Financeira em Portugal, encontramos mais documentos com discussões sobre a referida temática, tais como: o Plano Nacional de Formação Financeira, o portal Todos Contam, o Referencial de Educação Financeira, a existência de programas de formação de professores, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e as aprendizagens essenciais do currículo português, como as novas Aprendizagens Essenciais de Matemática para o Ensino Básico e Secundário; o Plano Nacional de Formação Financeira, e a Estratégia de Literacia Financeira Digital.

Portanto, pudemos observar convergências entre o percurso da Educação Financeira no Brasil e em Portugal. Ambos os países se pautaram inicialmente nas proposições da OCDE

para promover a temática, tendo ações conduzidas pelos seus principais bancos (Banco Central do Brasil e Banco de Portugal). Além disso, se atentarmos a análise ao currículo da Educação Básica e Secundária, em ambos os países, a Educação Financeira aparece associada à disciplina de Matemática, embora no Brasil com maior ênfase no Ensino Fundamental (6.<sup>o</sup> ao 9.<sup>o</sup> ano) e em Portugal no Ensino Secundário (10.<sup>o</sup> ao 12.<sup>o</sup> ano), etapa equivalente ao Ensino Médio no Brasil.

Além disso, alguns pontos divergem entre os dois países: em Portugal foram realizadas ações de formação para professores sobre a Educação Financeira, e no Brasil não houve alguma estratégia pública nessa direção, sendo apenas nos últimos anos incluídas discussões sobre a temática nos currículos de formação de professores do Ensino Superior. Assim, indicamos que sejam realizadas ações efetivas de estudo e discussão da Educação Financeira junto de (futuros) professores para assegurarmos que a Educação Financeira seja discutida junto dos estudantes brasileiros e portugueses, já que ambos os currículos assinalam a temática como transversal e importante na vida contemporânea.

## Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo 2023/02251-2.

## Referências

- Baroni, A. K. C. (2021). *Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor*. [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas.
- Baroni, A. K. C., Hartmann, A. L. B. & Carvalho, C. C. S. de (Orgs.). (2021). *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Appris.
- Brasil. (1998a). Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática*. (3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> ciclos do Ensino Fundamental). MEC.
- Brasil. (1998b). Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Transversais*. MEC.
- Brasil. (2010). *Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010*.
- Brasil. (2011). *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Plano diretor da ENEF.
- Brasil. (2013a). *Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Banco Central do Brasil.
- Brasil. (2013b) Banco Central do Brasil. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais*. BCB.
- Brasil. (2015). *Deliberação n.º 17 de 16 de março de 2015*. CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação.
- Brasil. (2020). *Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020*. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
- Campos, C. R., & Coutinho, C. Q. S. (Orgs.). (2020). *Educação Financeira no contexto da Educação Matemática*. (1 ed.). Akademy.
- Domingos, A. M. D., & Santiago, A. (2016). Concepções e práticas de professores de matemática sobre Educação Financeira. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, 6(3), 2–18.
- Fiorentini, D., & Lorenzato, S. (1994). *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Autores Associados.

- Freire, P. (1979). *Conscientização – Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Cortez & Moraes.
- Hartmann, A. L. B. (2021). *A educação financeira nos cursos de licenciatura em matemática da Universidade Estadual Paulista – Unesp*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas.
- Hartmann, A. L. B., & Baroni, A. K. C. (2021). Os espaços da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular. In A. K. C. Baroni, A. L. B. Hartmann, & C. C. S. de Carvalho (Orgs.), *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Appris
- Kistemann Jr, M. A., & Giordano, C. C. (Orgs.). (2024). *Educação Financeira: olhares, incertezas e possibilidades*. (1 ed.). Akademy.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Muniz, I. (2016). *Econs ou Humanos? Um estudo sobre a tomada de decisão em ambientes de educação financeira escolar*. [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OCDE. (2005a). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>
- OCDE. (2005b). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Directorate for Financial and Enterprise Affairs.
- OCDE. (2020). *Recommendation of the Council on Financial Literacy*. OECD/Legal/0461.
- OCDE. (2022). *Guidance on Digital Delivery of Financial Education*. OECD/INFE.
- Pessoa, C. A. S., Muniz, I. Jr., & Kistemann Jr., M. A. (2018). Cenários sobre Educação Financeira Escolar: Entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. *Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*. 9(1), 1–28, <https://doi.org/10.36397/emteia.v9i1.236528>
- Portugal. (2011). Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. *Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015*. <https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/publicacao/plano-nacional-de-formacao-financeira-2011-2015>
- Portugal. (2012). *Decreto-Lei n.º 139/2012*. Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012-07-05. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2012-178548>
- Portugal. (2013). *Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos*. Lisboa, Portugal.
- Portugal. (2016a). Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. *Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020*. <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2018-05/pnff16-20.pdf>
- Portugal. (2016b). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/2016\\_despacho6173.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/2016_despacho6173.pdf)
- Portugal. (2018a). *Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho*. Aprendizagens Essenciais referentes ao Ensino Básico. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- Portugal. (2018b). *Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto*. Aprendizagens Essenciais referentes ao Ensino Secundário. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>
- Portugal. (2021). *Despacho n.º 8209/2021, de 19 de agosto*. Novas Aprendizagens Essenciais de Matemática. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- Portugal. (2022). Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. *Plano Nacional de Formação Financeira 2021-2025*. 1ª reedição, fevereiro 2022
- Portugal. (2023a). *Despacho n.º 702/2023, de 13 de janeiro*. Novas Aprendizagens Essenciais de Matemática para o Ensino Secundário. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>
- Portugal. (2023b). *Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal*. Banco de Portugal.
- Santos, L. T. (2023). *Como estudantes de 5.º ano refletem sobre temáticas relacionadas à educação financeira escolar? Um olhar na perspectiva dos atos dialógicos*. [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Santiago, A. E. E. (2015). A Educação Financeira Escolar em Portugal. *Boletim GEPEN*, 66, 20–30. <https://doi.org/10.4322/gepem.2015.025>
- Saraiva, K. S. (2017). Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, 66, 157–173, <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>

- Silva, A. M., & Powell, A. B. (2013). Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. *Anais do Encontro Nacional de Educação Matemática*, (1-17). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Skovsmose, O. (2014). *Um convite à Educação Matemática Crítica*. Papirus.
- Vieira, G. S., & Pessoa, C. A. (2020). Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? *Educação Matemática Pesquisa*, 22(2), 658-688. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2020v22i2p658-688>